



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB realizou a sua 75ª reunião ordinária, com a presença dos seguintes membros: José Jorge Oliveira de Almeida e Luiz Claudio de Souza (Representantes dos Diretores das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino – titular e suplente), Maria de Fátima Marques Gelminin (Representante dos Professores das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino – titular), Michelle Barbosa Francisco e Mário Cezar de Moraes (Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino – titular e suplente), Cristiano Reis Ancelmo (Representante dos Alunos da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino – titular), Isabelle Moura e Fidelina Rocha da Silva (Representantes dos Responsáveis da Rede Pública Municipal de Ensino – titulares), Fabíola Farias Baptista da Cunha e Lysbeth Maria Cantuária Libonati (Representantes da Secretaria Municipal de Educação – titular e suplente), e Ricardo Silveira Barros e Marco Antônio Rosa Silva (Representantes do Poder Executivo Municipal – titular e suplente), todos aguardando publicação. A abertura do encontro coube ao Coordenador da Coordenadoria de Planejamento, da Secretaria Municipal de Educação, Geraldo Mattos que, em nome da direção da Secretaria, deu as boas vindas aos membros presentes. Verificada a existência de quórum, deu por iniciada a reunião com todos os conselheiros se apresentando. O sr. Geraldo explica que por força de Lei, o Conselho foi instituído para se ter um controle e acompanhamento social dos recursos do FUNDEB a serem aplicados na Educação. A participação do Conselho terá como foco os resultados sociais da execução financeira, o papel do Conselho não é ser gestor desses recursos, este papel cabe aos técnicos da SME e SMF. Foi distribuído envelope com o “kit conselheiro”, composto de cópia da documentação básica sobre o FUNDEB que necessariamente deve ser do conhecimento dos membros do Conselho, a seguir discriminada: Emenda Constitucional nº 053 / 2006 – criação do FUNDEB; Lei Federal nº 11.494/2007 – regulamenta o FUNDEB; Decreto Federal nº 6.253/2007 – disciplina o FUNDEB; Portaria FNDE nº 481- estabelece procedimentos e orientações sobre criação, composição,

funcionamento e cadastramento dos Conselhos; Resolução FNDE nº 46 – altera os prazos sobre a prestação de contas no âmbito do Programa de Recuperação da Rede Física Escolar Pública; Lei Municipal nº 4.682/2007 – criação do Conselho do FUNDEB; Lei Municipal nº 5.188/2010 – altera a composição do Conselho do FUNDEB; Decreto nº 30948/2009 – cria a Comissão Gestora dos Recursos da Educação; Resolução SME nº 1139/2011 – Funcionamento do Conselho do FUNDEB , Resolução SME Nº 1200/2012 - Regimento Interno;; folha com as principais fontes de financiamento da educação; folha resumo da estrutura, atribuições e funcionamento do Conselho; e folha com o ciclo orçamentário. A propósito de cada documento foram transmitidas informações sucintas. Quanto ao ciclo orçamentário, foi explicada a estrutura do planejamento orçamentário e a dinâmica de sua execução com início no PPA – Plano Plurianual e etapas anuais, a saber: Diretrizes Orçamentárias, Proposta Orçamentária, Orçamento Anual, Acompanhamento e Controle da Execução e Prestação de Contas de Gestão. O Sr. Geraldo Mattos pontua que o PPA é da Prefeitura, por isso sua vigência começa sempre um ano após o início do mandato do novo Gestor da Cidade. Os Conselheiros ficaram cientes também das demais fontes de financiamento da Educação, em destaque o Tesouro Municipal e Salário Educação, além dos recursos oriundos do FNDE como o Programa Especial de Recuperação Escolar Pública, o PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, Programa de Educação Infantil. A conselheira Maria de Fátima pergunta sobre a questão do Banco Imobiliário, o sr. Geraldo explica que o recurso do FUNDEB pode ser utilizado em todas as atividades que compõem o MDE (Manutenção do Desenvolvimento da Educação), logo, a aquisição de jogos didáticos, pedagógicos, através da fonte 142 (FUNDEB), não fere a legislação, e que para aquisição dos jogos foram utilizados os recursos do Tesouro Municipal, e na ocasião, pelo entendimento do TRE, o Município estaria ferindo a legislação eleitoral, a Prefeitura devolveu os jogos e a empresa ressarciu todo o valor pago anteriormente. O sr. Geraldo Mattos informa que precisa se retirar da reunião, passando a palavra para o ex-conselheiro Misael que dando continuidade o ao encontro deu seu depoimento sobre atuação do Conselho anterior: adquiriu e repassou conhecimento, papel de formadores de opinião, visitas às escolas sempre que solicitados, principalmente quanto à questão da Rede Física, neste momento o Conselheiro Marco Antônio repassa informações à respeito das Portarias do FNDE específicas ao assunto. O ex-conselheiro Misael ressalta que o Conselho deverá manter canal de comunicação com diversos órgãos de controle de contas públicas, como é o caso, por exemplo, do Tribunal de Contas do Município e do Ministério Público, e, também, solicitar esclarecimentos aos diversos órgãos da administração municipal. Poderá ainda solicitar, se necessário, o comparecimento, às reuniões, de servidores das diversas Secretarias que possam prestar

informações sobre assuntos sob exame no Conselho. E que todas as visitas, sejam recomendadas pelo Ministério Público ou não, são organizadas pelo próprio Conselho (datas, participantes). O conselheiro Marco Antônio repassou a reunião que o Ministério Público promoveu no último dia 28 de março, cujo principal objetivo era uma ação conjunta, MP, Representantes da Sociedade Civil e Educação, dando maior transparência das aplicações das verbas oriundas, e por amostragem, a área da 7ª Coordenadoria Regional de Educação. O conselheiro Ricardo declara que está tendo visão muito positiva do grupo, pois todos demonstram preocupação em atuar da melhor forma possível em prol da Educação. O último assunto a ser tratado foi a escolha do presidente e vice-presidente do Conselho. Apresentaram-se como candidatos à presidente os seguintes conselheiros Isabelle, Michele e José Jorge. Após todos se apresentarem, feita a votação, a escolhida foi a conselheira Isabelle Moura, representante dos Responsáveis da Rede Pública Municipal de Ensino. E para vice-presidente se apresentaram os conselheiros José Jorge, Mário, Fidelina, sendo escolhida a conselheira Fidelina Rocha da Silva, representante dos Responsáveis da Rede Pública Municipal de Ensino. Lembrando que a próxima reunião ordinária acontecerá no dia 07/05, na sala 350. E, por nada mais haver a registrar, eu, Maria Cristina Lautenschlager Kohn, matrícula 11/082831-9, investida nas funções de secretária, lavro a presente ata, que será assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2014.

Maria Cristina Lautenschlager Kohn

matrícula 12/082831-9